



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Concurso Público

028. PROVA OBJETIVA

OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 70 questões objetivas e um tema de redação a ser desenvolvido, e a folha de redação para transcrição do texto definitivo.
- ◆ Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa deste caderno e nas folhas de respostas e de redação.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Redija o texto definitivo com caneta de tinta azul, preferencialmente, ou preta, na folha de redação. Os rascunhos não serão considerados na correção. A ilegibilidade da letra acarretará prejuízo à nota do candidato.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração das provas objetiva e de redação é de 4 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorrida a metade do tempo de duração das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de redação, a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **05**.

O tempo dirá se o Marco Civil da internet é bom ou ruim

Foi aprovado o Marco Civil da internet: aquilo a que chamam de “Constituição da internet” e que será capaz de afetar diretamente a vida de milhões de usuários que já não usam mais a internet apenas para se divertir, mas para trabalhar.

O Marco Civil garantirá a neutralidade da rede, segundo a qual todo o conteúdo que trafega pela internet será tratado de forma igual. As empresas de telecomunicações que fornecem acesso poderão continuar vendendo velocidades diferentes. Mas terão de oferecer a conexão contratada independentemente do conteúdo acessado pelo internauta e não poderão vender pacotes restritos.

O Marco Civil garante a inviolabilidade e o sigilo das comunicações. O conteúdo poderá ser acessado apenas mediante ordem judicial. Na prática, as conversas via Skype e as mensagens salvas na conta de *e-mail* não poderão ser violadas, a menos que o Judiciário determine.

Excluiu-se do texto aprovado um artigo que obrigava empresas estrangeiras a instalar no Brasil seus *datacenters* (centros de dados para armazenamento de informações). Por outro lado, o projeto aprovado reforçou dispositivo que determina o cumprimento das leis brasileiras por parte de companhias internacionais, mesmo que não estejam instaladas no Brasil.

Ressalte-se ainda que a exclusão de conteúdo só poderá ser ordenada pela Justiça. Assim, não ficará mais a cargo dos provedores a decisão de manter ou remover informações e notícias polêmicas. Portanto, o usuário que se sentir ofendido por algum conteúdo no ambiente virtual terá de procurar a Justiça, e não as empresas que disponibilizam os dados.

Este é o Marco Civil que temos. Se é o que pretendíamos ter, o tempo vai mostrar. Mas, sem dúvida, será menos pior do que não termos marco civil nenhum.

(O Liberal, Editorial de 24.04.2014. Adaptado)

01. De acordo com o texto, o Marco Civil da internet

- (A) exige que empresas estrangeiras instalem centros de armazenamento de dados e informações no Brasil se quiserem oferecer seus serviços a usuários brasileiros.
- (B) determina quais conteúdos podem ser considerados neutros ou polêmicos, orientando os usuários quanto aos *sites* moralmente idôneos.
- (C) garante que órgãos do governo tenham livre acesso a conversas via Skype e a mensagens salvas na conta de *e-mail* dos usuários brasileiros.
- (D) foi criado para impedir que companhias internacionais atuem no mercado brasileiro, instalando seus centros de dados para armazenamento de informações no Brasil.
- (E) dispõe sobre as relações entre empresas de telecomunicações e usuários da rede e defende o caráter inviolável dos conteúdos circulantes no ambiente virtual.

02. Segundo informações textuais, com o Marco Civil da internet,

- (A) os provedores passam a ser responsáveis pelo conteúdo divulgado e são eles que decidem quando uma informação deve ser excluída.
- (B) as informações que circulam na rede serão automaticamente excluídas pelo governo, caso sejam polêmicas.
- (C) as solicitações de exclusão de conteúdo da internet devem ser encaminhadas ao Poder Judiciário.
- (D) as ações dos provedores serão controladas pela Justiça, que autorizará o acréscimo de conteúdos na rede após a certificação de que não são controversos.
- (E) o usuário da rede ganha o direito de requerer junto às empresas provedoras de dados e serviços a exclusão de conteúdo considerado ofensivo.

03. Conforme opinião expressa no texto, o Marco Civil da internet é

- (A) irretocável, apesar de não ter sido amplamente debatido com a população.
- (B) necessário, embora seja precoce tecer julgamentos a respeito de sua eficácia.
- (C) inconveniente, já que compromete a liberdade de expressão do cidadão.
- (D) dispensável, pois as leis tradicionais eram suficientes para tratar do meio virtual.
- (E) ineficaz, uma vez que a maioria dos provedores atende a leis internacionais.

04. Assinale a alternativa em que a frase do texto permanece correta, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, após o acréscimo das vírgulas.

- (A) Ressalte-se, ainda, que a exclusão de conteúdo só poderá ser ordenada pela Justiça.
- (B) O Marco Civil garante, a inviolabilidade e o sigilo, das comunicações.
- (C) As empresas de telecomunicações que fornecem acesso, poderão continuar vendendo, velocidades diferentes.
- (D) O conteúdo poderá ser acessado apenas, mediante, ordem judicial.
- (E) Mas terão de oferecer, a conexão contratada independentemente, do conteúdo acessado pelo internauta e não poderão vender pacotes restritos.

05. Feitas as adequações necessárias, a reescrita do trecho – O Marco Civil garante a inviolabilidade e o sigilo das comunicações. – permanece correta, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, em:

A inviolabilidade e o sigilo das comunicações...

- (A) ... mantém-se garantidas pelo Marco Civil.
- (B) ... mantêm-se garantidos pelo Marco Civil.
- (C) ... mantêm-se garantidas pelo Marco Civil.
- (D) ... mantém-se garantidos pelo Marco Civil.
- (E) ... mantêm-se garantido pelo Marco Civil.

06. Assinale a alternativa que apresenta a frase cuja redação está condizente com a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) Sempre pode ocorrer falhas técnicas, capaz de comprometer a qualidade dos serviços, mas as empresas devem ter consciência de que essas falhas precisam ser prontamente corrigidas.
- (B) Existe algumas pessoas que questionam o Marco Civil da internet, alegando de que foi aprovado de maneira apressada.
- (C) É importante mencionar de que as empresas de telecomunicações poderão vender velocidades diferentes, mas está proibido a venda de pacotes restritos.
- (D) Os usuários devem estar atentos ao fato de que não haverá distinções no tratamento dos conteúdos que trafegam pela internet.
- (E) Os clientes devem conhecer seus direitos para que este se cumpra, por exemplo: é evidente de que as empresas precisam oferecer a conexão contratada.

Leia o texto para responder às questões de números 07 a 13.

Nossas palavras

Meu amigo lusitano, Diniz, está traduzindo para o francês meus dois primeiros romances, *Os Éguas* e *Moscow*. Temos trocado *e-mails* muito interessantes, por conta de palavras e gírias comuns no meu Pará e absolutamente sem sentido para ele. Às vezes é bem difícil explicar, como na cena em que alguém empina papagaio e corta o adversário “no gasgo”. Não sei se no universo das pipas, lá fora, ocorrem os mesmos e magníficos embates que se verificam aqui, “cortando e aparando” os adversários.

Outra situação: personagens estão jogando uma “pelada” enquanto outros estão “na grade”. Quem está na grade aguarda o desfecho da partida, para jogar contra o vencedor, certamente porque espera fora do campo, demarcado por uma grade. Vai explicar...

E aqueles dois bebedores eméritos que “bebem de testa” até altas horas? Por aqui, beber de testa é quase um embate para saber quem vai desistir primeiro, empilhando as grades de cerveja ao lado da mesa.

Penso que o uso das gírias – palavras bem locais, quase dialeto, que funcionam na melodia do nosso texto – é parte da nossa criatividade, uma qualidade da literatura brasileira. Quanto a mim, uso pouco, aqui e ali, nossas palavras. Procuro ser econômico. Mesmo assim, vou respondendo aos *e-mails*. Ele me diz que, enfim, está tudo pronto.

(Edyr Augusto Proença, <http://blogdaboitempo.com.br>, 26.07.2013. Adaptado)

07. O autor, ao se referir aos *e-mails* trocados com o amigo que está traduzindo seus romances, sugere que a tradução

- (A) demanda um conhecimento profundo das obras literárias que influenciaram o autor traduzido.
- (B) necessita que o tradutor também seja escritor, para compreender o processo de criação artística.
- (C) requer acentuada erudição, a fim de se corrigirem os erros característicos do linguajar do povo.
- (D) deve ser realizada por romancistas adeptos do estilo regionalista e usuários de dialetos populares.
- (E) envolve, além do domínio do idioma, o conhecimento da cultura retratada no texto original.

08. De acordo com o autor, o uso de gírias é

- (A) indício de um estilo inusitado e inovador, por isso as gírias locais são frequentes em seus romances.
- (B) intenso entre autores populares e, sendo ele um romancista popular, usa muitas gírias em sua obra.
- (C) característico da literatura brasileira, embora não seja muito recorrente em sua própria obra.
- (D) restrito a autores paraenses, cuja criatividade com as palavras se destaca no cenário da literatura brasileira.
- (E) peculiar a autores que escrevem com concisão, o que não é o caso dele, que exagera no emprego das gírias.

09. A partir da leitura dos três primeiros parágrafos, é correto concluir que o autor enfoca, em seus romances, situações que, para o leitor paraense, são

- (A) cotidianas.
- (B) exóticas.
- (C) atípicas.
- (D) anômalas.
- (E) insólitas.

10. O termo destacado em – E aqueles dois bebedores **eméritos** que “bebem de testa” até altas horas? – está corretamente interpretado com o sentido de

- (A) licenciosos.
- (B) experientes.
- (C) ignóbeis.
- (D) abastados.
- (E) falastrões.

Leia o trecho do primeiro parágrafo para responder às questões de números **11** a **13**.

Meu amigo lusitano, Diniz, está traduzindo para o francês meus dois primeiros romances, *Os Éguas* e *Moscow*. Temos trocado *e-mails* **muito** interessantes, **por conta de** palavras e gírias comuns no **meu** Pará e absolutamente sem sentido para ele. Às vezes é **bem** difícil explicar, como na cena em que alguém empina papagaio e corta o adversário “no gasgo”.

11. A expressão **por conta de**, em destaque, tem sentido equivalente ao de:
- (A) com o intuito de.
 - (B) em contrapartida a.
 - (C) em detrimento de.
 - (D) em virtude de.
 - (E) a despeito de.
12. O pronome possessivo em – “**meu** Pará” – atribui ao termo **Pará** a ideia de que se trata de um lugar
- (A) desdenhado pelo autor.
 - (B) subjugado pelo autor.
 - (C) estimado pelo autor.
 - (D) adquirido pelo autor.
 - (E) abandonado pelo autor.
13. Os termos **muito** e **bem**, em destaque, atribuem aos termos aos quais se subordinam sentido de
- (A) quantidade.
 - (B) intensidade.
 - (C) comparação.
 - (D) igualdade.
 - (E) dúvida.

Leia o texto para responder às questões de números **14** a **18**.

Palavras voam no vento

A pequena Dora adorava dizer coisas feias. Sim, ela tinha aquele terrível hábito de falar bobagens, xingamentos. Certa manhã, antes de sair para o trabalho, sua mãe disse: “Tu sabias que as palavras voam no vento? Se dizes coisas ruins, o mal sai por aí e se multiplica. Mas se dizes coisas belas... o vento faz com que a bondade se espalhe pelo mundo”. A jovencinha ficou intrigada. Assim que a mãe se foi, decidiu testar a teoria. Encheu o peito e gritou com toda a força: AMOR!!!!...

Uma enorme e fortíssima rajada de vento se fez. Uma borboleta começou a brincar no ar. Dora seguiu o bichinho. Viu quando ele se pôs a dançar ao redor de uma moça. Viu a moça sorrir com a borboleta e começar a dançar como uma bailarina. Seguiu a moça. Viu quando ela, cheia de alegria, mandou beijos para uma andorinha que sobrevoava um jardim. A andorinha, de repente, deu um rasante sobre um canteiro e pegou com seu bico uma delicada flor vermelha. Dora seguiu a andorinha. Viu quando o pássaro deixou a flor cair nas mãos de um rapaz que estava sentando num banco de praça.

O moço, capturado por um imenso contentamento, tomou para si uma folha em branco e escreveu um poema. Dora viu quando o rapaz leu para o vento o poema. E os versos diziam: “Ame, porque o amor significa cantar. Cante, cante, cante. Porque quem canta encanta e sabe melhor amar”. Nossa amiga viu quando uma súbita ventania arrancou o papel da mão do jovem. Dora tentou correr para não perder de vista o escrito. Mas o vento foi mais ágil e o papel se perdeu.

Cansada com toda aquela andança, a menina voltou para casa. Caía a tarde quando sua mãe retornou do trabalho e entregou à filha um presente: um pedaço de papel dobrado em quatro. Disse ela: “Tome, minha filha. É para ti. Eu estava na janela do escritório e o vento me trouxe esse pedaço de papel. Leia... É para ti”. Dora abriu o papel e chorou ao ler o poema que nele estava escrito. Diziam os versos: “Ame, porque o amor significa cantar. Cante, cante, cante. Porque quem canta encanta e sabe melhor amar”.

(Carlos Correia Santos, <http://www.amapadigital.net>. Adaptado)

14. A partir da leitura do texto, é correto concluir que Dora
- (A) deixa de “dizer coisas feias” após ver o impacto de uma palavra com sentido pejorativo sobre o real.
 - (B) se recusa a ouvir os conselhos de sua mãe e vai à rua para testar se as palavras alteram os fatos.
 - (C) passa a dar mais valor às palavras ao ler um belo poema escrito por sua mãe.
 - (D) descobre que sua mãe estava iludida ao crer que as palavras podem influenciar os acontecimentos.
 - (E) aprende, na prática, que o ensinamento de sua mãe acerca do poder das palavras estava correto.

15. É correto afirmar que o segundo parágrafo apresenta ações que se sucedem em uma relação de
- causa e efeito.
 - proporção e retificação.
 - contradição e finalidade.
 - alternância e equivalência.
 - comparação e oposição.

16. A palavra que está empregada com sentido figurado no contexto está destacada em:
- ... sua mãe retornou do trabalho e **entregou** à filha um presente... (quarto parágrafo)
 - Certa manhã, antes de **sair** para o trabalho, sua mãe disse... (primeiro parágrafo)
 - ... tomou para si uma folha em branco e **escreveu** um poema. (terceiro parágrafo)
 - Tu sabias que as palavras **voam** no vento? (primeiro parágrafo)
 - Cansada com toda aquela andança, a menina **voltou** para casa. (quarto parágrafo)

17. Assinale a alternativa em que a seguinte passagem – Mas o vento foi mais ágil e o papel se perdeu. (terceiro parágrafo) – está reescrita com o acréscimo de um termo que estabelece uma relação de conclusão, consequência, entre as orações.
- Mas o vento foi mais ágil e, **contudo**, o papel se perdeu.
 - Mas o vento foi mais ágil e, **todavia**, o papel se perdeu.
 - Mas o vento foi mais ágil e, **entretanto**, o papel se perdeu.
 - Mas o vento foi mais ágil e, **porém**, o papel se perdeu.
 - Mas o vento foi mais ágil e, **assim**, o papel se perdeu.

18. Considere as seguintes passagens do texto.

- [Viu **a moça** sorrir] com a borboleta e começar a dançar como uma bailarina.
- Viu quando ela, cheia de alegria, mandou beijos para uma andorinha [que sobrevoava **um jardim**].
- Caía a tarde quando sua mãe retornou do trabalho e [entregou **à filha** um presente]...

Assinale a alternativa que apresenta os trechos entre colchetes correta e respectivamente reescritos, com as expressões em negrito substituídas por pronomes, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa no que se refere ao uso e à colocação pronominal.

- Viu-**lhe** sorrir ... que sobrevoava-**lhe** ... entregou-**lhe** um presente
- Viu-**a** sorrir ... que **o** sobrevoava ... entregou-**lhe** um presente
- A** viu sorrir ... que sobrevoava-**o** ... entregou-**lhe** um presente
- Lhe** viu sorrir ... que sobrevoava-**lhe** ... entregou-**a** um presente
- Viu-**a** sorrir ... que **lhe** sobrevoava ... entregou-**a** um presente

19.



(Chris Browne, *Folha de S. Paulo*, 08.12.2013. Adaptado)

Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, considerando que o termo que preenche a terceira lacuna é empregado para indicar que um evento está prestes a acontecer.

- anuncio ... à ... eminente
- anúncio ... à ... iminente
- anúncio ... a ... iminente
- anúncio ... a ... eminente
- anuncio ... à ... iminente

20. Leia o seguinte fragmento de um ofício, citado do *Manual de Redação da Presidência da República*, no qual expressões foram substituídas por lacunas.

Senhor Deputado

Em complemento às informações transmitidas pelo telegrama n.º 154, de 24 de abril último, informo _____ de que as medidas mencionadas em _____ carta n.º 6708, dirigida ao Senhor Presidente da República, estão amparadas pelo procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas instituído pelo Decreto n.º 22, de 4 de fevereiro de 1991 (cópia anexa).

(<http://www.planalto.gov.br>. Adaptado)

A alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas do texto, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa e atendendo às orientações oficiais a respeito do uso de formas de tratamento em correspondências públicas, é:

- Vossa Excelência ... sua
- Vossa Senhoria ... tua
- Vossa Magnificência ... sua
- Vossa Eminência ... vossa
- Sua Senhoria ... vossa

REGIMENTO INTERNO

21. Prevê o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Pará que o Tribunal Pleno
- (A) funcionará com dois terços (2/3) de seus membros, ou com a maioria absoluta, conforme o caso, sendo substituídos os Desembargadores, impedidos ou licenciados.
 - (B) funcionará nas segundas e quartas-feiras, iniciando os trabalhos pela leitura do relatório de ocorrências.
 - (C) será instalado, em sessão solene, no primeiro dia útil do mês de janeiro e tomará o compromisso e dará posse ao novo Presidente.
 - (D) poderá ser convocado extraordinariamente por edital, expedido pelo respectivo Presidente, com vinte e quatro horas de antecedência.
 - (E) realizará oito sessões ordinárias por mês, apreciando tanto as questões administrativas quanto os julgamentos.
22. A respeito das audiências e sessões, dispõe o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Pará que
- (A) ausentes os advogados das partes, será excluído da pauta o processo correspondente, designando-se nova data para a audiência ou sessão.
 - (B) a sessão ou audiência será suspensa se a parte se portar inconvenientemente, a fim de manter a disciplina dos trabalhos.
 - (C) as audiências serão públicas, salvo nos casos previstos em lei ou quando o interesse da Justiça determinar o contrário.
 - (D) ao Relator do processo em julgamento caberá manter a disciplina dos trabalhos com os poderes previstos nas leis processuais e no próprio Regimento.
 - (E) o resumo das decisões tomadas será publicado, dispensando-se a lavratura de ata.

REGIME JURÍDICO ÚNICO

23. A respeito da posse, prevê o Regime Jurídico Único (Lei n.º 5.810/94) que
- (A) a posse deve ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, não tendo o interessado direito à renúncia da posse.
 - (B) o servidor apresentará declaração de bens e valores que constituam seu patrimônio até 30 (trinta) dias após a posse.
 - (C) se a posse não se concretizar dentro do prazo, o ato de provimento ficará suspenso por até, no máximo, 5 (cinco) anos.
 - (D) a quitação com as obrigações eleitorais e militares é um dos requisitos para a posse em cargo público.
 - (E) a posse ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação do ato de provimento no Diário Oficial do Estado.

24. Em relação aos adicionais previstos pelo Regime Jurídico Único (Lei n.º 5.810/94), é correto afirmar que
- (A) não cabe pagamento de adicional pelo exercício de cargo em comissão ou função gratificada.
 - (B) o adicional de insalubridade que for pago por 5 (cinco) anos consecutivos será incorporado aos vencimentos.
 - (C) para fins de adicional por trabalho noturno, será assim considerado aquele prestado no horário entre 23 (vinte e três) horas de um dia e 6 (seis) horas do dia seguinte.
 - (D) o adicional por tempo de serviço será devido por quadriênios de efetivo exercício, até o máximo de 16 (dezesesseis).
 - (E) os adicionais de insalubridade, periculosidade, ou pelo exercício em condições penosas são inacumuláveis.
25. No que diz respeito à seguridade social, o Regime Jurídico Único (Lei n.º 5.810/94) prevê que
- (A) ela será fundada totalmente nas contribuições dos servidores.
 - (B) um de seus objetivos é a irredutibilidade do valor dos benefícios.
 - (C) a contribuição previdenciária incidirá somente sobre o vencimento base do servidor.
 - (D) será assegurado ao servidor o direito à saúde, não alcançando seus dependentes.
 - (E) os planos de previdência estaduais não cobrirão o evento reclusão.
26. A responsabilidade civil do servidor público, no âmbito do Regime Jurídico Único,
- (A) por dano causado a terceiros, determina que ele responda perante a Fazenda Pública, independentemente de culpa.
 - (B) determina que as sanções civis, penais e administrativas não poderão ser cumuladas.
 - (C) considera que absolvição judicial, afastando a autoria do servidor, não repercute na esfera administrativa.
 - (D) não se estende aos sucessores do servidor público que venha a falecer no curso do processo administrativo ou judicial.
 - (E) decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.
27. Maria, servidora pública do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, faltou de forma injustificada, no ano de 2013, 6 (seis) vezes no mês de janeiro, 10 (dez) vezes no mês de março, 8 (oito) vezes no mês de maio, 15 (quinze) vezes no mês de julho, 10 (dez) vezes no mês de agosto e 15 (quinze) dias no mês de outubro. Nos termos do Regime Jurídico Único (Lei n.º 5.810/94), deverá ser aplicada a Maria a pena de
- (A) multa.
 - (B) demissão.
 - (C) suspensão.
 - (D) repreensão.
 - (E) censura.

28. O conjunto de atividades e responsabilidades de direção superior e intermediária, definidas com base na estrutura organizacional do Poder Judiciário do Estado do Pará, e de assessoramento superior e intermediário, de livre nomeação e exoneração, conforme previsto na Lei Estadual n.º 6.969/07, é definição de

- (A) quadro de pessoal.
- (B) plano de carreira.
- (C) função gratificada.
- (D) cargo de provimento em comissão.
- (E) cargo de provimento efetivo.

29. A periodicidade da Avaliação Periódica de Desempenho é de

- (A) quatorze meses para todas as áreas de atividades, devendo a apuração e a homologação ocorrer até o penúltimo mês do ano anterior ao de sua efetivação.
- (B) oito meses para todas as áreas de atividades, devendo a apuração e a homologação ocorrer até o último mês do ano anterior ao de sua efetivação.
- (C) doze meses para todas as áreas de atividades, devendo a apuração e a homologação ocorrer até o terceiro mês do ano anterior ao de sua efetivação.
- (D) seis meses para todas as áreas de atividades, devendo a apuração e a homologação ocorrer até o primeiro mês do ano anterior ao de sua efetivação.
- (E) vinte e quatro meses para todas as áreas de atividades, devendo a apuração e a homologação ocorrer até o último mês do ano anterior ao de sua efetivação.

30. Com relação ao enquadramento dos servidores no Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações do Poder Judiciário do Estado do Pará, é correto afirmar que

- (A) os servidores que não se enquadrarem no Plano instituído pela Lei Estadual n.º 6.969/07 integrarão Quadro Suplementar em Extinção, sendo a remuneração corrigida de acordo com os reajustes gerais promovidos pelo Poder Judiciário.
- (B) o enquadramento do servidor na Carreira, Cargo, Classe e Referência do Plano instituído pela Lei Estadual n.º 6.969/07 não poderá ser condicionado à prévia análise dos recursos orçamentários e financeiros disponíveis.
- (C) o enquadramento dos servidores no Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração, instituído pela Lei Estadual n.º 6.969/07, dar-se-á por meio de ato do Tribunal Pleno ou de autoridade delegada.
- (D) os servidores cujas atividades se enquadrarem no Plano instituído pela Lei Estadual n.º 6.969/07 não poderão optar pela permanência nos atuais cargos que ocupam, para integrar o Quadro Suplementar em Extinção.
- (E) o servidor poderá solicitar revisão do processo de enquadramento, no prazo de dez dias, a contar da publicação do ato de enquadramento no Plano, mediante solicitação à Corregedoria-Geral.

DIREITO CONSTITUCIONAL

31. Dentre os direitos e garantias fundamentais, prevê a Constituição Federal de 1988 que

- (A) é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo por ordem judicial, para fins de instrução processual civil ou penal.
- (B) a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em títulos da dívida pública ou agrária, resgatáveis em prazos de 10 (dez) a 20 (vinte) anos.
- (C) todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de responsabilidade.
- (D) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
- (E) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, sendo exigido aviso prévio à autoridade competente, que poderá indeferir o pedido ou fixar outro local para a reunião.

32. Dispõe a Constituição Federal de 1988 acerca do processo legislativo das emendas constitucionais que

- (A) matéria constante de proposta de emenda rejeitada pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, mediante deliberação da maioria absoluta.
- (B) poderá ser proposta emenda à Constituição pelo Presidente da República, pelo Presidente do Congresso Nacional e pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- (C) se o Presidente da República considerar a proposta de emenda, no todo ou em parte, inconstitucional, vetá-la-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis.
- (D) a proposta será votada em cada Casa do Congresso Nacional, em turno único, sendo aprovada se obtiver dois terços dos votos dos respectivos membros.
- (E) a Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

- 33.** Sobre os servidores públicos, a Constituição Federal prevê que, como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatório(a)
- (A) a contribuição para o regime de previdência próprio.
 - (B) a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
 - (C) que o servidor tenha dois anos de efetivo exercício.
 - (D) a aprovação em concurso público ou provimento do cargo em comissão.
 - (E) a posse há três anos, independentemente do tempo de efetivo exercício.
- 34.** Esposa do Governador do Estado do Pará pretende se candidatar pela primeira vez a um cargo eletivo, decidindo disputar vaga na Assembleia Legislativa Estadual, no âmbito desse mesmo Estado. Face às previsões constitucionais sobre direitos políticos, a esposa do Governador
- (A) poderá candidatar-se se o Governador for substituído por seu Vice.
 - (B) não possui qualquer inelegibilidade por ser cônjuge do Governador.
 - (C) somente poderá se candidatar se o Governador renunciar seis meses antes do pleito.
 - (D) é inelegível.
 - (E) poderá ser candidata mediante especial autorização do Tribunal Superior Eleitoral.
- 35.** A Defensoria Pública é instituição
- (A) permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbida da defesa da ordem jurídica e do regime democrático.
 - (B) que representa o Estado, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar, as atividades de consultoria do Poder Executivo.
 - (C) essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma da Constituição.
 - (D) que representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar, as atividades de consultoria do Poder Executivo.
 - (E) indispensável à administração da justiça, inviolável por seus atos e manifestações, exercente das funções fiscalizatórias e de controle externo.
- 36.** Fulano da Silva foi aprovado em concurso público e entrou em exercício no serviço público estadual, em cargo efetivo, em 31 de julho de 2013. Conseqüentemente, é correto afirmar que Fulano
- (A) não poderá ser demitido do serviço público a partir de agosto de 2013.
 - (B) será um servidor estável em agosto de 2018 e, assim, somente poderá perder o cargo por decisão judicial.
 - (C) adquirirá estabilidade no serviço público somente em agosto de 2015.
 - (D) deixará de ser submetido à avaliação periódica de desempenho a partir de agosto de 2016.
 - (E) estará apto a adquirir estabilidade no serviço público em agosto de 2016.
- 37.** Assinale a alternativa cujo conteúdo está em conformidade com o disposto na lei que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal (Lei n.º 9.784/99).
- (A) São direitos dos administrados, entre outros, ter vista dos autos de que tenha interesse, obter cópias de documentos neles contidos e conhecer as decisões proferidas.
 - (B) A competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, sendo vedada a sua delegação ou avocação.
 - (C) O processo administrativo deve iniciar-se de ofício, não podendo ter início a pedido do próprio administrado interessado.
 - (D) A Administração pode revogar seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode anulá-los por motivo de conveniência ou oportunidade.
 - (E) A autenticação de documentos exigidos em cópia poderá ser feita pelo órgão administrativo ou de próprio punho pelo administrado interessado.
- 38.** Nos moldes da Lei n.º 8.666/93, a contratação de trabalhos de pareceres, perícias e avaliações em geral, considerados como serviços técnicos profissionais especializados,
- (A) deve ser realizada por meio de licitação na modalidade concorrência, nos moldes da lei.
 - (B) pode ser feita diretamente por inexigibilidade de licitação, desde que atendidos os requisitos legais.
 - (C) deve ser realizada por meio de licitação na modalidade tomada de preços, nos termos da lei.
 - (D) pode ser efetivada diretamente por dispensa de licitação, desde que atendidos os requisitos legais.
 - (E) não pode ser feita pelo poder público, uma vez que tais trabalhos devem ser realizados por servidores públicos.

39. São garantias previstas na Lei n.º 8.666/93 que podem ser oferecidas nos contratos administrativos:
- (A) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública; nota promissória; e cheque.
 - (B) caução em dinheiro; fiança bancária; e cheque.
 - (C) caução em dinheiro; cheque; e nota promissória.
 - (D) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública; seguro-garantia; e fiança bancária.
 - (E) depósito em conta bancária ou poupança; cheque administrativo; e seguro-garantia.
40. Os bens do domínio dos Estados e dos Municípios
- (A) poderão ser desapropriados pela União, por meio de concorrência pública, sendo dispensável autorização legislativa.
 - (B) poderão ser desapropriados pela União, devendo, entretanto, ser precedida de autorização legislativa.
 - (C) não poderão ser desapropriados, uma vez que bens públicos não podem ser desapropriados.
 - (D) podem ser desapropriados pela União, condicionada unicamente à expedição de decreto presidencial.
 - (E) podem ser desapropriados por qualquer entidade federativa, desde que autorizado pelo Poder Legislativo.
41. É uma pena prevista na Lei n.º 8.429/92 aplicada em decorrência da prática de improbidade administrativa:
- (A) prestação de serviços à comunidade.
 - (B) reclusão.
 - (C) cassação de direitos políticos.
 - (D) detenção.
 - (E) suspensão de direitos políticos.
42. Assinale a alternativa que contém apenas pessoas jurídicas de direito público.
- (A) Distrito Federal, associações públicas e fundações.
 - (B) União, Estados e partidos políticos.
 - (C) Municípios, autarquias e associações públicas.
 - (D) Municípios, associações públicas e partidos políticos.
 - (E) Autarquias, organizações religiosas e partidos políticos.
43. Antônio, oficial de justiça, porta mandado com o objetivo de citar Carlos, que possui 21 (vinte e um) anos e grave deficiência mental. Carlos foi interditado, reconhecendo-se, por sentença, sua plena incapacidade civil, nomeando-se Francisco, seu pai, curador. Em razão de suas necessidades especiais, Carlos encontra-se internado em clínica particular, onde recebe tratamento adequado, por pessoas que o assistem em período integral. Seu pai, sua mãe e seus irmãos permanecem residindo na casa que sempre pertenceu à família.
- Nesse cenário, é correto afirmar que Antônio citará Carlos
- (A) no domicílio e na pessoa do curador, que representa Carlos em seus atos da vida civil.
 - (B) no domicílio da família, na pessoa do curador ou da mãe ou dos irmãos de Carlos.
 - (C) na clínica, na pessoa do próprio Carlos, sendo obrigatória a presença do curador para a validade do ato.
 - (D) na clínica onde se encontra internado, na pessoa do representante legal da clínica.
 - (E) na clínica onde se encontra internado, na pessoa daquele que, comprovadamente, assiste Carlos em suas tarefas diárias.
44. Assinale a alternativa correta acerca dos bens públicos, de acordo com a disciplina do Código Civil de 2002.
- (A) Os bens de uso especial não obedecem à regra geral da inalienabilidade dos bens públicos.
 - (B) Os bens dominicais, ao contrário dos bens de uso comum do povo e dos bens de uso especial, estão sujeitos à usucapião.
 - (C) São considerados bens dominicais os rios, lagos, mares, estradas, ruas e praças.
 - (D) Consideram-se dominicais, em regra, os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.
 - (E) É vedada a promulgação de lei que pretenda instituir retribuição pelo uso de bens públicos.

45. No que tange ao instituto da posse, bem como a seus efeitos, assinale a alternativa correta.
- (A) O possuidor turbado não pode utilizar a força própria para manter-se na posse, ainda que a reação seja imediata, em razão da vedação à autotutela.
 - (B) O detentor não possui direitos equivalentes aos direitos do possuidor e, portanto, não possui direito à proteção possessória.
 - (C) Não se admite composses de coisa indivisível, de modo que a proteção possessória é atribuída a apenas uma pessoa, conforme determinar a lei.
 - (D) O possuidor direto, que tem a coisa em virtude de direito pessoal ou real, não possui proteção possessória contra o possuidor indireto.
 - (E) A existência de justo título não implica, em regra, na presunção de que a posse é de boa-fé.
46. Assinale a alternativa correta acerca do contrato de mandato.
- (A) O relativamente incapaz não pode ser mandatário, salvo se presente alguma das hipóteses legais de cessação da incapacidade.
 - (B) Para que haja substabelecimento, há necessidade de expressa previsão no instrumento de mandato.
 - (C) A morte, em regra, não extingue o mandato, resguardada a possibilidade de revogação pelos herdeiros.
 - (D) O terceiro, para quem é apresentado o instrumento de mandato, pode exigir que haja firma reconhecida.
 - (E) Quando o mandato for outorgado por instrumento público, o substabelecimento somente será admitido se também confeccionado por meio de instrumento público.
47. Nos termos do Código de Processo Civil, a prática de atos processuais pelo Oficial de Justiça
- (A) depende de autorização judicial expressa para ser realizada após as 18h00 e antes das 6h00.
 - (B) pode ser realizada em qualquer dia e a qualquer horário, independentemente de autorização judicial expressa.
 - (C) somente pode ser realizada em dias úteis, mas não encontra limitação de horário.
 - (D) não pode ser realizada entre as 20h00 e as 8h00, salvo se o próprio Oficial de Justiça certificar essa necessidade.
 - (E) pode ser realizada excepcionalmente aos domingos, quando se tratar de penhora ou de citação, desde que haja autorização judicial expressa.
48. Quando determinada por Juiz absolutamente incompetente, a citação
- (A) induz litispendência, mas não interrompe a prescrição.
 - (B) opera efeitos apenas processuais.
 - (C) constitui o devedor em mora, mas não faz litigiosa a coisa objeto do processo.
 - (D) não constitui o devedor em mora, mas gera prevenção do Juízo.
 - (E) não opera efeitos processuais ou materiais.
49. Assinale a alternativa correta a respeito da citação por hora certa, prevista pelo Código de Processo Civil.
- (A) Independe de prévia e expressa decisão judicial para ser realizada.
 - (B) Não pode ser realizada quando for ré pessoa incapaz.
 - (C) Faz-se por carta registrada, telegrama ou radiograma, dispensanda diligência do Oficial de Justiça.
 - (D) Após realizada pelo Oficial de Justiça, dispensa o envio de comunicação escrita ao réu pelo escrivão.
 - (E) Realiza-se, entre outras hipóteses, quando ignorado ou inacessível o local onde se encontra o réu.
50. Configura hipótese de suspensão do processo
- (A) a ocorrência de perempção.
 - (B) o reconhecimento de litispendência.
 - (C) a existência de convenção de arbitragem.
 - (D) a confusão entre autor e réu.
 - (E) a perda da capacidade processual de qualquer das partes.

51. Com relação à penhora, realizada em processo de execução ou na fase de cumprimento de sentença, é correto afirmar que
- (A) a posse ou a detenção por terceiro impedem a efetivação da penhora.
 - (B) a nomeação do depositário dos bens penhorados não pode ser realizada no auto de penhora, mas sim por termo nos autos, porquanto depende de decisão judicial.
 - (C) a penhora com ordem judicial de arrombamento deve ser realizada por dois oficiais de justiça.
 - (D) havendo mais de uma penhora na mesma diligência, lavrar-se-ão todas no mesmo auto.
 - (E) a substituição da penhora não pode ser requerida com espeque na baixa liquidez do bem penhorado.
52. Assinale a alternativa correta a respeito da cautelar de arresto.
- (A) Acolhida a prescrição no processo cautelar de arresto, a indenização do devedor deverá ser apurada e liquidada em ação própria.
 - (B) O acolhimento da alegação de prescrição na cautelar de arresto faz coisa julgada na ação principal.
 - (C) Não pode ser fundada em sentença ilíquida.
 - (D) Depende da pendência ou da superveniência de processo de execução de título extrajudicial.
 - (E) Não se suspende pela apresentação de fiador idôneo pelo devedor.
53. Considera-se bem de família para efeito da impenhorabilidade prevista na Lei n.º 8.009/90:
- (A) o único imóvel do devedor, cujos frutos de aluguel são utilizados para complemento da renda familiar.
 - (B) a vaga de garagem que possui matrícula própria no registro de imóveis, desde que situada no condomínio em cuja unidade autônoma reside o devedor.
 - (C) o imóvel adquirido com produto de crime.
 - (D) o imóvel do fiador em contrato de locação, para satisfação da obrigação afiançada.
 - (E) a obra de arte que guarnece a residência do devedor.
54. A pena, no concurso formal imperfeito de crimes, onde há desígnios autônomos do agente em ação ou omissão dolosa, deverá ser
- (A) aumentada do dobro.
 - (B) aumentada de 1/3 (um terço) a 1/2 (metade).
 - (C) aumentada de 1/6 (um sexto) a 1/2 (metade).
 - (D) aplicada cumulativamente, consoante a regra do artigo 69 do CP.
 - (E) aumentada de 1/6 (um sexto) a 2/3 (dois terços).
55. Assinale a alternativa que contém somente causas de extinção da punibilidade, de acordo com o artigo 107 do Código Penal.
- (A) Por erro sobre a pessoa; pela decadência ou pela retratação do agente, nos casos em que a lei admite.
 - (B) Pela morte do agente; por anistia ou por renúncia do direito de queixa nos crimes de ação privada.
 - (C) Pelo perdão judicial nos casos previstos em lei; pela preempção ou por legítima defesa.
 - (D) Pela graça; pela prescrição ou por erro na execução.
 - (E) Pelo *abolitio criminis*; pela inimizabilidade penal ou por indulto.
56. O emprego de processo proibido no fabrico de produtos destinados a consumo, como, por exemplo, gaseificação artificial, não expressamente permitida pela legislação sanitária,
- (A) não configura crime, pois o Código Penal não regula o processo de fabrico de produtos destinados ao consumo, regula somente a matéria-prima utilizada.
 - (B) configura crime de menor potencial ofensivo, apenado somente com pena de multa.
 - (C) configura crime de menor potencial ofensivo, apenado somente com pena de detenção.
 - (D) configura crime hediondo.
 - (E) configura crime, tipificado no Código Penal, apenado com reclusão e multa.

57. Aquele que formar cédula, nota ou bilhete representativo de moeda com fragmentos de cédulas, notas ou bilhetes verdadeiros; ou suprimir, em notas, cédulas ou bilhetes recolhidos, para o fim de restituí-los à circulação, sinal indicativo de sua inutilização; restituir à circulação cédula, nota ou bilhete em tais condições, ou já recolhidos para o fim de inutilização; responderá pelo(s) crime(s)

- (A) de moeda falsa, art. 289 do Código Penal.
- (B) de constituição ou reconstituição de moeda falsa, art. 290-A do Código Penal.
- (C) assimilados ao de moeda falsa, art. 290 do Código Penal.
- (D) de formação, adulteração ou supressão de sinais de moeda falsa, art. 291-A do Código Penal.
- (E) de petrechos para falsificação de moeda, art. 291 do Código Penal.

58. De acordo com o artigo 2.º da Lei n.º 1.079 de 10.04.1950 (Crimes de Responsabilidade), “são crimes de responsabilidade os definidos na lei, _____, imposta pelo Senado Federal nos processos contra o Presidente da República ou ministros de Estado, contra os ministros do Supremo Tribunal Federal ou contra o procurador-geral da República”.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

- (A) somente quando consumados, quando passíveis da pena de perda do cargo com inabilitação, até 10 (dez) anos, para o exercício de qualquer função pública
- (B) tentados ou consumados, são passíveis da pena de perda do cargo, com inabilitação, até 10 (dez) anos, para o exercício de qualquer função pública
- (C) somente quando consumados, quando passíveis da pena de perda do cargo com inabilitação, até 5 (cinco) anos, para o exercício da função pública por meio de nomeação
- (D) tentados ou consumados, são passíveis da pena de perda do cargo, com inabilitação, até 10 (dez) anos, para o exercício da função pública por meio de nomeação
- (E) ainda quando simplesmente tentados, são passíveis da pena de perda do cargo, com inabilitação, até 5 (cinco) anos, para o exercício de qualquer função pública

59. A respeito do tema ação penal, assinale a alternativa correta.

- (A) A queixa contra qualquer dos autores do crime obrigará ao processo de todos.
- (B) O perdão concedido a um dos querelados aproveitará a todos, mesmo em relação aos que o recusarem.
- (C) A renúncia ao exercício do direito de queixa em relação a alguns dos autores do crime não se estenderá a todos.
- (D) O Ministério Público pode desistir da ação penal após o oferecimento da denúncia.
- (E) O ofendido poderá retratar-se de sua representação mesmo depois de oferecida a denúncia.

60. Quando incerto o limite territorial entre duas ou mais jurisdições, ou quando incerta a jurisdição por ter sido a infração consumada ou tentada nas divisas de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pelo(a)

- (A) domicílio ou residência do réu.
- (B) prorrogação.
- (C) conexão.
- (D) continência.
- (E) prevenção.

61. Em relação à busca e apreensão no processo penal, à luz da Constituição da República de 1988 e da legislação, é correto afirmar que

- (A) a busca pessoal dependerá de mandado, mesmo ou quando há fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de objetos ou papéis que constituam corpo de delito.
- (B) a busca em mulher será feita por outra mulher, se não importar retardamento ou prejuízo da diligência.
- (C) em casa habitada, a busca será feita de modo a não molestar os moradores, ainda que implique prejuízo ao êxito da diligência.
- (D) em hipótese alguma será permitida a apreensão de documento em poder do defensor do acusado.
- (E) a busca domiciliar prescindirá da expedição de mandado, quando a própria autoridade policial a realiza pessoalmente.

62. No tocante ao tema citações, assinale a alternativa correta.

- (A) Se o réu estiver preso, será requisitada sua apresentação em juízo, no dia e hora designados.
- (B) As citações que houverem de ser feitas em legações estrangeiras serão efetuadas mediante *Exequatur*.
- (C) O funcionário público, na qualidade de acusado, não será notificado para comparecer em juízo; sua apresentação dar-se-á por intermédio do chefe de sua repartição.
- (D) A citação do militar far-se-á por intermédio do chefe do respectivo serviço.
- (E) Verificando que o réu se oculta para não ser citado, o oficial de justiça certificará a ocorrência e procederá à citação por edital.

63. Nos termos da Lei n.º 4.898/1965 - Processo de Responsabilidade Administrativa Civil e Penal, nos casos de abuso de autoridade - o Ministério Público, ao receber a representação da vítima, tem o prazo de _____ para oferecer denúncia, desde que o fato narrado constitua abuso de autoridade, requerendo a citação do réu ao juiz competente; este, por sua vez, recebidos os autos, proferirá despacho dentro do prazo de _____, recebendo ou rejeitando a denúncia.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas.

- (A) três dias ... três dias
- (B) cinco dias ... cinco dias
- (C) três dias ... cinco dias
- (D) vinte e quatro horas ... quarenta e oito horas
- (E) quarenta e oito horas ... quarenta e oito horas

64. Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial

- (A) dependerá de anuência do membro do Ministério Público responsável pelo caso para proceder a novas investigações.
- (B) não poderá proceder a novas investigações sem expressa autorização judicial.
- (C) poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.
- (D) dependerá de autorização judicial para proceder a novas investigações.
- (E) deverá proceder a novas investigações, independentemente do surgimento de novas provas.

65. Nos termos do artigo 581 do Código de Processo Penal, caberá recurso, no sentido estrito, da decisão

- (A) definitiva de absolvição, proferida por juiz singular.
- (B) que receber a denúncia.
- (C) que revogar a medida de segurança.
- (D) que pronunciar ou impronunciar o réu.
- (E) definitiva de condenação, proferida por juiz singular.

66. Assinale a alternativa correta.

- (A) A inclusão da criança ou adolescente em programas de acolhimento familiar terá preferência a seu acolhimento institucional.
- (B) A guarda obriga a prestação de assistência social, educacional e moral à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive os pais.
- (C) A guarda destina-se a regularizar a posse de fato, devendo sempre ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção.
- (D) A guarda confere à criança ou adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, exceto previdenciários.
- (E) A guarda poderá ser revogada a qualquer tempo, desde que precedida de informação ao juízo.

67. Quanto à adoção, assinale a alternativa correta.

- (A) A adoção depende do consentimento dos pais ou do representante legal do adotando, exceto se os pais forem desconhecidos ou tenham sido destituídos do poder familiar.
- (B) É recíproco o direito sucessório entre o adotado, seus descendentes, o adotante, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 3.º grau, observada a ordem de vocação hereditária.
- (C) O adotante há de ser, pelo menos, dezoito anos mais velho do que o adotando.
- (D) A morte dos adotantes restabelece o poder familiar dos pais naturais.
- (E) A sentença conferirá ao adotado o nome do adotante, mas não poderá determinar a modificação do prenome.

68. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente a seguinte medida:

- (A) liberdade assistida fixada pelo prazo mínimo de três meses.
- (B) prestação de serviços comunitários, que devem ser cumpridos durante jornada mínima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis.
- (C) internação em estabelecimento prisional, sendo vedada a realização de atividades externas.
- (D) advertência que consistirá em admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada.
- (E) regime de semiliberdade, possibilitada a realização de atividades externas, desde que precedida de autorização judicial.

69. É crime previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, sem prejuízo do disposto na legislação penal:

- (A) impedir ou embaraçar a ação de autoridade judiciária, membro do Conselho Tutelar ou representante do Ministério Público no exercício de função prevista nesta Lei.
- (B) privar a criança ou o adolescente de sua liberdade, procedendo à sua apreensão em flagrante de ato infracional, sem que exista ordem escrita da autoridade judiciária competente.
- (C) prometer ou efetivar a entrega de filho ou pupilo a terceiro, ainda que não condicionado a pagamento ou recompensa.
- (D) deixar a autoridade policial responsável pela apreensão de criança ou adolescente de fazer imediata comunicação ao Ministério Público.
- (E) privar a criança ou o adolescente de sua liberdade, procedendo à sua apreensão, ainda que em flagrante de ato infracional.

70. Assinale a alternativa correta.

- (A) O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade judiciária.
- (B) Comparecendo qualquer dos pais ou responsável, o adolescente será prontamente liberado pela autoridade policial, sob termo de compromisso e responsabilidade de sua apresentação ao representante do Ministério Público no prazo de uma semana.
- (C) O adolescente apreendido por força de ordem judicial será, desde logo, encaminhado à autoridade policial competente.
- (D) Sendo o adolescente liberado, a autoridade policial encaminhará imediatamente ao juiz da infância e juventude cópia do auto de apreensão ou boletim de ocorrência.
- (E) Em caso de flagrante de ato infracional, desde que não cometido mediante violência ou grave ameaça, a autoridade policial poderá substituir a lavratura do auto de flagrante por boletim de ocorrência circunstanciado.

REDAÇÃO

Leia os textos 1, 2 e 3 para elaborar sua redação.

TEXTO 1

Atualmente, cerca de 76,9% da energia elétrica produzida no Brasil vem de usinas hidrelétricas. De acordo com dados do Governo Federal, hoje existem 37 hidrelétricas no país e o plano é expandir o número. Apesar de produzirem muito menos poluentes que outras fontes de energia e não produzirem dejetos tóxicos ou radioativos, como as usinas nucleares, as hidrelétricas são responsáveis pelo alagamento de grandes áreas, podendo causar impactos socioambientais.

(<http://redeglobo.globo.com>, 03.08.2013. Adaptado)

TEXTO 2

A hidreletricidade usa a energia da água corrente, sem reduzir sua quantidade, para produzir eletricidade. Portanto, todos os empreendimentos hidrelétricos, de pequeno ou grande porte, a fio d'água ou de armazenamento, enquadram-se no conceito de fonte de energia renovável. As usinas hidrelétricas não produzem poluentes do ar. Muito frequentemente, elas substituem a geração a partir de combustíveis fósseis, reduzindo, assim, a chuva ácida e a fumaça. As instalações hidrelétricas trazem eletricidade, estradas, indústria e comércio para as comunidades de seu entorno, desenvolvendo a economia, ampliando o acesso à saúde e à educação, melhorando a qualidade de vida.

(www.itaipu.gov.br, 14.06.2014. Adaptado)

TEXTO 3

A construção de hidrelétricas e, conseqüentemente, suas barragens e lagos causam diversos impactos sociais e ambientais negativos. As populações são atingidas direta e concretamente através do alagamento de suas propriedades, casas, áreas produtivas e até cidades. Existem também os impactos indiretos como perdas de laços comunitários, separação de comunidades e famílias, destruição de igrejas, capelas e inundação de locais sagrados para comunidades indígenas e tradicionais.

Na área ambiental, o principal impacto costuma ser o alagamento de importantes áreas florestais e o desaparecimento do habitat dos animais. Muitas vezes a hidrelétrica é construída em áreas onde se concentram os últimos remanescentes florestais da região, desmatando e inundando espécies ameaçadas de extinção. Mesmo quando os Estudos de Impacto Ambiental são realizados de forma correta, apontando os verdadeiros impactos gerados por uma hidrelétrica, na maioria das vezes as ações de mitigação desses impactos não chegam a compensar de fato os efeitos negativos. Além disso, cada rio tem características únicas, espécies da fauna e flora próprias, vazões e ciclos particulares. Cada rio tem também diferentes populações morando em seu entorno, com realidades econômicas e sociais variadas.

(www.maternatura.org.br, 14.06.2014. Adaptado)

A partir da reflexão suscitada pelos textos, escreva uma dissertação argumentativa, usando a norma-padrão da língua portuguesa, expressando seu ponto de vista sobre o seguinte tema:

**A CONSTRUÇÃO DE USINAS HIDRELÉTRICAS E SEUS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS:
COMO SOLUCIONAR ESSE PROBLEMA?**

